

Neste governo não se cresce mais

Em entrevista que publicamos hoje, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, queixa-se amargamente das pressões que vem sofrendo por parte de empresas estatais interessadas em obter substanciais aumentos de tarifas, a fim de sustentar os seus programas de investimento. O ministro cita especificamente o caso da Petrobrás, mencionando, de passagem, a Siderbrás. Estas empresas, já em parte atendidas, pretendem mais, por terem perdido muito para a inflação, em consequência do congelamento implantado pelo Plano Verão. O ministro é claro na sua posição: "Temos uma opção a fazer e não podemos pressionar os preços excessivamente tirando da tarifa o recurso para os investimentos. Estes devem vir de outras fontes". No caso da Petrobrás, o sr. Mailson da Nóbrega aponta a venda de algumas e a privatização de outras empresas do grupo. Mas a verdade é que tanto a Siderbrás quanto a Petrobrás buscam o caminho mais fácil: a elevação das tarifas.

Ninguém nega a existência de grande defasagem entre tarifas e preços. Mas é igualmente pacífico que essas empresas dispõem ainda de grande margem para aumentar sua produtividade e desfazerem-se de alguns ativos, antes de descarregar toda a sua carga financeira sobre os preços. O que está ocorrendo no momento é uma pressão enorme dessas estatais sobre o ministro da Fazenda, que não vê como atendê-las diante do agravamento da inflação.

O governo federal, neste fim de mandato, obriga-se a uma opção: cumpre-lhe esquecer por seis meses aqueles sonhos mirabolantes de crescimento acelerado a qualquer custo, que têm inspirado até agora o presidente Sarney. A prioridade principal nesta dura fase da economia é a contenção da inflação, o afastamento da possibilidade de hiperinflação, e a entrega do governo, o mais rápido possível, ao candidato que for eleito a 15 de novembro.

O Planalto errou, insistindo até agora em não adotar medidas antiinflacionárias, ante o receio de encarar uma recessão que se torna nestes dias preocupante. Ela poderia e ainda pode ser mais branda. Mas para tanto, exige-se a utilização, rápida e precisa, dos instrumentos de política monetária com os quais o governo ainda conta. Argumenta-se em Brasília que 92% do orçamento federal já está comprometido em consequência do que foi aprovado na Constituinte, o que impede uma correta política fiscal. Todavia, esquece-se o governo de que nada fez quando dispunha de maiores recursos, antes da aprovação da Lei Maior. Se agora só lhe resta 8% da receita líquida para seus investimentos, dispunha antes de mais, muito mais, aplicando-o erradamente.

Disso estão plenamente conscientes os ministros da área econômica. Sabem que precisam viver o dia-a-dia, para não dizer a hora-a-hora, até o dia 15 de novembro. É o que vêm

dizendo, mais ou menos, aos empresários que têm convocado a Brasília. Caberia agora ao presidente dar mais autoridade aos ministros da Fazenda e do Planejamento, determinando aos seus colegas de ministério a cessação das pressões que ora exercem para continuar gastando mais e investindo mais. Já não se pode investir nestes meses que nos separam do fim do mandato presidencial. Deve-se aplicar, portanto, somente o que consta do orçamento. Gastar apenas o dinheiro que existe, porquanto a prioridade principal é o afastamento do caos financeiro e econômico. Contudo, ao que parece, o presidente continua sonhando. Quer obras, quer investimentos, quer tudo, nisso incluídos novos passeios ao Exterior, na vã esperança de deixar ainda alguma coisa aos anais do País. Já deixou, aliás: uma inflação de 30% ao mês. E, de quebra, uma nação perplexa e acabrunhada e dois ministros desesperados, tentando construir a ponte entre esta e a futura administração.